

Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da Sociologia Rural brasileira

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Como citar: WANDERLEY, M. N. B. Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da Sociologia Rural brasileira. *In:* KOSMINSKY, E. V. (org.). **Agruras e prazeres de uma de uma pesquisadora:** ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 137-160. DOI: <https://doi.org/10.36311/1999.978-85-86738-08-5.p137-160>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

UMA CATEGORIA RURAL ESQUECIDA: OS DESAFIOS PERMANENTES DA SOCIOLOGIA RURAL BRASILEIRA

Maria de Nazareth Baudel Wanderley¹

A noção de mundo rural ... se refere a todo um tecido econômico e social compreendendo um conjunto de atividades as mais diversas. ... Além de sua função de quadro de vida e de atividade econômica para os que nele vivem e trabalham, o espaço rural apresenta funções vitais para a sociedade.²

Introdução

Em minha atividade profissional como pesquisadora tenho me dedicado ao estudo da problemática rural, em especial ao estudo da agricultura familiar, no Brasil e em outros países. Acabo de participar de um estudo comparativo sobre a agricultura familiar na França, no Canadá, na Polônia, na Tunísia e no Brasil. Tive então a oportunidade ímpar de conhecer experiências históricas diferentes e de confrontar as formulações teóricas que tentam explicar a diversidade da realidade social. Muito aprendi do diálogo com pesquisadores estrangeiros e a eles tentei oferecer o *olhar* brasileiro sobre a problemática que nos interessava.

¹ Professora de Sociologia da Universidade de Campinas.

² Commission des Communautés Économiques Européennes. In: KAYSER, BERNARD. *La Renaissance Rurale*. Sociologie des Campagnes du Monde Occidental. Paris: Armand Colin, 1990. p. 12.

Trago o meu depoimento do quanto o pensamento de Maria Isaura Pereira de Queiroz é fundamental para a constituição deste olhar brasileiro e de como este pensamento nos forneceu a base do próprio diálogo que pudemos efetuar.

A teoria sobre o campesinato

Não é certamente oportuno retomar aqui, pois são suficientemente conhecidas, as formulações clássicas a respeito deste tema. Lembraria apenas que o meio rural tradicional é definido como uma sociedade parcial, relativamente autônoma, no seio de uma sociedade mais ampla que a engloba. Para Henri Mendras,

A sociedade camponesa se subdivide em coletividades locais, que vivem em relativa autarquia demográfica, econômica e cultural. Segundo a célebre imagem de Marx, o campesinato francês do século passado assemelhava-se a *batatas em um saco*: cada coletividade era uma totalidade social. Todas as coletividades eram do mesmo gênero porém cada uma era original.³

Este mesmo autor,⁴ um dos fundadores da Sociologia Rural francesa, identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber:

- uma relativa autonomia em face da sociedade global;
- a importância estrutural dos grupos domésticos;
- um sistema econômico de relativa autarquia;
- uma sociedade de interconhecimentos;
- a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

A unidade de produção camponesa, que se reproduz no interior das sociedades rurais, apresenta igualmente características muito particulares, que a tornam um modelo típico, dentre tantos outros que se podem encontrar nas experiências históricas de diversos países. Trata-se de um sistema econômico

³ MENDRAS, H. *La fin des paysans*: suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris: Actes Sud, 1984. p. 14.

⁴ Idem. *Sociétés paysannes*. Paris: A. Colin, 1976. 236 p.

sem capitalistas e sem operários, cujo princípio básico de funcionamento consiste na estreita associação entre a unidade de produção e a família, de que resulta a interdependência entre a organização da produção e as necessidades do consumo do grupo doméstico.⁵

Assim, além da sociabilidade, ao campesinato corresponde uma forma específica de produzir, que se expressa em seus sistemas de produção, uma “sábria combinação entre diferentes técnicas”, através da qual é assegurado “o equilíbrio alimentar e demográfico precário do sistema social”.

Na concepção de Pierre George, um sistema de culturas consiste em

uma combinação de culturas e criações, uma maneira de trabalhar a terra e uma combinação de equipamento rural formando um conjunto complementar de tal maneira que uma média global de recursos seja assegurada a cada ano e que cada elemento do sistema seja ligado aos outros por relações de utilidade recíproca.⁶

Como se sabe, este mundo tradicional, “que foi dominante no Ocidente até o final do século passado”, sofreu uma profunda transformação, em períodos mais recentes, tanto em sua forma de produzir quanto em suas relações sociais. A agricultura assume uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. Mendras, em seu livro mais conhecido, executa um belo réquiem ao “fim dos camponeses”.⁷

Sobre este percurso histórico do campesinato duas questões se impõem aos seus estudiosos. Em primeiro lugar, em que medida o modelo camponês clássico pode ser generalizado a todas as sociedades em todos os

⁵ CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

⁶ GEORGE, P. *La campagne: le fait rural à travers le monde*. Paris: PUF, 1956. p. 70-84, apud MENDRAS, op. cit., 1984. p. 83.

⁷ MENDRAS, op. cit., 1984.

momentos históricos? Para Mendras, “este arquétipo da sociedade camponesa tradicional se encarnou sob formas diversas no Ocidente europeu desde os meados da Idade Média até o fim do século XIX”. A hipótese que formula sugere que:

Em outras regiões do mundo, este esquema pode servir de base de comparação e alguns de seus elementos podem ser instrumentos úteis de interpretação: porém, seria perigoso vê-lo como um modelo universal, capaz de explicar todas as coletividades agrárias dominadas por uma sociedade mais abrangente. Numerosos estudos serão necessários sobre diferentes sociedades que permitam construir esquemas análogos até que se possa saber se existe um tipo ideal único de campesinato universal e se o camponês europeu, com suas variantes, não é apenas uma espécie dentre outras, em um gênero mais amplo.⁸

A segunda questão diz respeito ao processo de transformação acima citado, e se expressa em torno das novas identidades do agricultor e das novas faces do meio rural nas sociedades modernas.

Mais uma vez, é de Mendras a melhor formulação. Pretende ele compreender “as reações e as atitudes deste agricultor forjado na tradição diante dos mecanismos econômicos, sociais e políticos da sociedade moderna”.⁹

Estas duas questões tecem o fio condutor da reflexão que pretendo propor sobre o pensamento de Maria Isaura Pereira de Queiroz que, ao assumi-las, ofereceu à Sociologia brasileira uma contribuição definitiva para a compreensão das particularidades do campesinato e do meio rural no Brasil.

O campesinato brasileiro

A existência de um setor camponês na agricultura brasileira é uma questão sabidamente polêmica na literatura especializada. Muitos estudiosos,

⁸ MENDRAS, op. cit., 1984, p. 19.

⁹ Idem. *ibid.*, p.35.

ao afirmarem a importância das grandes monoculturas regionais para a economia brasileira, desde o período colonial, desconsideraram o peso de outras formas de produção e de vida social na agricultura e no meio rural brasileiros. Maria Isaura, ao contrário, filia-se à corrente dos que defendem e demonstram a existência de um campesinato ao longo de toda a história do país.

Ao contrário do que antigamente se pensava, havia pelo menos mais uma camada social rural, além da dos fazendeiros e da mão-de-obra sem terra — a camada intermediária formada pelos sitiantes. Esta camada existiu sempre, desde o início da colonização do país, e seria interessante rebuscar nos relatos de viajantes e de memorialistas, em todos os documentos enfim, dados que revelem como vivia, quais os seus caracteres. Por outro lado, não se trata de gente isolada, mas pelo contrário, de gente que se movimenta em sua vida cotidiana, conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua.¹⁰

Parcela importante dos estudos específicos sobre este setor camponês foi efetuada no Brasil sob a forma dos chamados *estudos de comunidade*. Estou convencida que alguns destes estudos permanecem ainda hoje como referências úteis para o conhecimento da realidade rural brasileira, apesar de todas as críticas de que foram objeto. Infelizmente, estas críticas, no geral pertinentes no que se refere ao seu caráter teórico-metodológico, muitas vezes *jogaram fora a criança com a água do banho*, isto é, não buscaram apenas superar os limites, indiscutíveis, daquele tipo de análise, mas, representaram em muitos casos, o abandono do próprio objeto estudado.

Dois autores, a meu ver, conseguiram ultrapassar as limitações dos *estudos de comunidade* e aprofundar o conhecimento sobre o campesinato no Brasil: Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

A pesquisa de Antonio Candido sobre os caipiras paulistas¹¹ — que ele não hesitou em definir como camponeses — é assumida pelo próprio autor

¹⁰ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: EDUSP, 1973a. p. 14.

¹¹ CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

como uma “Sociologia das transformações dos meios de vida”. Com efeito, em *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido evita descrever simplesmente os fatos ou considerá-los como a expressão da ordem natural das coisas e explicita seu distanciamento em relação aos *estudos de comunidade*:

[Esta tese] não é um *estudo de comunidade*, no sentido hoje corrente, sobretudo entre americanos e ingleses. Não pretendi levantar sistematicamente os diferentes aspectos de determinado agrupamento, englobando todo o seu sistema institucional numa visão completa e orgânica. Depois de bastante hesitar, rejeitei este ponto de vista, em parte pelo que tem de estático e convencional — levando-nos quase sempre a encarar os traços de uma dada realidade sócio-cultural como algo que, para usar velha expressão caipira, *devera de ser assim mesmo*. Por outras palavras, o estudo de comunidade, em seu corte descritivo mais frequente, me pareceu comprometer no pesquisador o senso dos problemas.¹²

Trata-se, assim, de uma Sociologia crítica, que busca a compreensão do processo social em sua dinâmica e não apenas uma *fotografia* instantânea de uma determinada realidade. Mais ainda, de um estudo em que o pesquisador, sem prejuízo do *apego ao qualitativo*, se envolve com o objeto estudado, definindo-o não apenas como um tema sociológico, mas também como um problema social, da sociedade da qual ele mesmo é parte integrante.

A importância desta obra de Antonio Candido para o conhecimento do campesinato brasileiro é indiscutível. No entanto, seu próprio objeto a particulariza: por um lado, ela se circunscreve ao universo da *cultura rústica* do interior de São Paulo e de suas áreas de influência imediata; por outro lado, ela analisa uma situação polar, na qual o sistema agrário camponês, se comparado ao modelo europeu ou americano, sofre profundas restrições materiais e sociais que afetam sua capacidade de reprodução social. Em outras palavras, um sistema em que a reprodução do campesinato se processa naqueles limites mínimos intransponíveis por ele apontados: um mínimo vital, representado pela dieta, obtida de uma agricultura itinerante de subsistência e um mínimo social, cuja base é constituída pelos grupos de vizinhança.

¹² CANDIDO, op. cit., 1964, p. 6.

É Maria Isaura Pereira de Queiroz quem, retomando a mesma problemática do campesinato brasileiro, alarga seus horizontes, tanto no que se refere aos limites geográficos e sociais, quanto às suas formulações teóricas.

Com efeito, a civilização rústica parece a Maria Isaura ter origem nos primórdios da civilização brasileira.

A civilização rústica que hoje encontramos no interior do país é o prolongamento de antiga civilização brasileira, cujo nascimento teve lugar no início da colonização portuguesa. Homogênea em toda a enorme colônia, no fim do século XVII estava já constituída e era irredutível à civilização portuguesa de que no entanto provinha. Isto é, no fim do século XVII, apresentava caracteres próprios e inconfundíveis com os de sua matriz. No século XVIII, já estava estabilizada esta verdadeira civilização brasileira, muitos de cujos traços persistem ainda hoje em diversos pontos do país.¹³

No século XIX, sobretudo após a vinda da família real para o Brasil,

O processo de modernização, progredindo cada vez mais, foi aos poucos expulsando (a civilização rústica) das cidades maiores, em seguida das pequenas capitais provincianas, para finalmente se refugiar nos vilarejos e povoados. Hoje em dia, encontrámo-la em grande parte do Norte, do Nordeste, do Centro Oeste do país.¹⁴

Trata-se, assim, de um setor presente nas diversas regiões do país, ocupando uma proporção significativa da área explorada com a produção agrícola e assumindo uma grande diversidade de formas sociais.

Para Maria Isaura, porém, o elemento mais representativo do campesinato brasileiro era constituído pelo sitiante, tanto aquele que vive nas áreas dominadas pela grande propriedade, para a qual se configura como clientela, quanto os sítiantes efetivamente *independentes*, em áreas de menor influência dos latifúndios. Embora, naquele momento, as estatísticas rurais fossem

¹³ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1973a., p.78.

¹⁴ Idem, *ibid.*, p. 78.

extremamente precárias, esta categoria rural *esquecida* constituía então a parcela mais importante da população ligada à terra em nosso país.¹⁵

Com seu artigo “Uma categoria rural esquecida”, publicado na *Revista Brasiliense* em 1963, Maria Isaura participa de um importante debate, de caráter fortemente político, que se instaura em torno da adoção de uma legislação para o trabalho rural no país. Este debate partia do pressuposto de que a força de trabalho das fazendas estava, desde o pós-guerra, vivendo um intenso processo de proletarização plena, isto é, de eliminação dos laços, mesmo precários, que o trabalhador mantinha até então com a terra, sob a forma de morador ou colono. A questão que polarizava as posições divergentes dizia respeito, antes de mais nada, à identidade social deste trabalhador e ao seu lugar no projeto de sociedade que se pretendia construir.

A contribuição de Maria Isaura para este debate tem o grande mérito de perceber que a identidade social de grande parte dos trabalhadores rurais em questão se expressa não apenas pelas relações de trabalho em que estão envolvidos, mas sobretudo pelo seu modo de vida.

Muito se fala em reforma agrária ultimamente, e os projetos vão dos mais radicais aos mais moderados. As medidas propostas dizem respeito, em geral, à dualidade fazendeiro-assalariado, como se o meio rural brasileiro se compusesse somente dessas duas categorias. ...há que pensar também no sitiante, isto é, no indivíduo que vive ainda na forma mais elementar de economia agrícola, seja ele proprietário, posseiro ou agregado — e até agora nenhuma referência concreta lhes foi feita.¹⁶

Os fundamentos do modo de vida dos sitiantes tradicionais que são constituídos pela forma de produzir e pela sociabilidade, ainda eram, então, fortemente presentes no meio rural brasileiro.

A economia fechada não é particular a determinadas regiões mais atrasadas do país; por toda parte se encontra, de mistura com as grandes propriedades de

¹⁵ Idem. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense*. (São Paulo), n.45, p. 93, jan/fev. 1963.

¹⁶ Idem, *ibid.*, p. 93

agricultura comercial, chegando até à beira das grandes cidades, numa distribuição inteiramente irregular. Ainda há meia-dúzia de anos, às portas da metrópole que é São Paulo, caboclos viviam praticamente em economia fechada em Santana do Parnaíba, no Embu, em Guarulhos. No Vale do Paraitinga e do Paraibuna, na região da Serra de Botucatu, na Zona de Itapetininga e municípios vizinhos, por toda a parte é forte ainda o índice de agricultura de subsistência, e o estilo de vida segue o mesmo esquema básico — salvo peculiaridades regionais — do que encontramos no Nordeste seco, no Médio São Francisco, na região Serrana do Paraná e de Santa Catarina, e assim por diante.¹⁷

Mas sua reprodução estava sendo ameaçada face ao avanço da *civilização industrial*.

Sua degradação econômica os transforma em precários consumidores, ao mesmo tempo que lhes acarreta uma posição social subalterna e muito baixa. Quando comparada sua existência com os padrões tradicionais, ela se alterou para pior. Quando comparada com os padrões atuais da sociedade brasileira industrializada, o termo que a define é *miséria*.¹⁸

Na verdade, este debate estava então centralizado nas esferas políticas, particularmente nos partidos políticos e nas instituições de pesquisa não acadêmicas, como o ISEB e a própria *Revista Brasiliense*. Neste momento, porém, e em torno da questão da legislação para o campo, a Universidade passa a participar mais diretamente do debate político com contribuições de grande significação.

Exorbitamos de nossa qualidade de simples estudiosos da realidade rural brasileira, para aventar medidas em prol da população de sitiantes, devido ao total desconhecimento que desta categoria mostram os projetos de revisão ou de reforma agrária, até hoje preconizados. Não figurando nas estatísticas e recenseamentos, ignorados pelos que idealizam transformações da estrutura rural do país, a literatura sociológica e antropológica existente sobre eles não

¹⁷ Idem. *ibid.*, p. 88.

¹⁸ Idem. *op. cit.*, 1973a, p.45-6.

atingiu ainda nem os políticos, nem a massa dos intelectuais, muito embora se trate da parcela mais importante de nossa população economicamente autônoma.¹⁹

A proposta que defende se orienta no sentido de que se evite a destruição do campesinato, com o enfraquecimento de gênero de vida dos sitiantes, e que, ao contrário seu modo de vida seja potencializado a fim de incorporá-lo ao processo de desenvolvimento do país.

Modificando nalguns pontos sua organização, estreitando mais ainda sua cooperação com os vizinhos, instruído de como utilizar novos princípios na programação de suas tarefas rurais e novos produtos a serem cultivados; financiados em suas iniciativas, tudo isto com um mínimo de atrito com a organização antiga e empregando liderança e comportamentos já existentes, o sitiante talvez possa conservar sua autonomia de trabalho, a posse de sua terra (quando já é proprietário), elevar seu nível de vida e integrar-se num mercado mais amplo do que o das feirinhas locais.²⁰

Esta não é, certamente, uma posição isolada. Ao contrário, ela se soma a outras expressões que se manifestam então no país, no sentido de que se evite a perda das raízes sociais e culturais de parcela tão importante da população. Como a de Antonio Candido, que assim conclui seu livro aqui citado:

Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio da sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras. ... as conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais, diferentes dos que analisamos neste trabalho.²¹

¹⁹ Idem, op. cit., 1963, p. 97.

²⁰ Idem, *ibid.*, p. 97.

²¹ CANDIDO, op. cit., 1964, p. 182.

Esta sensibilidade me parece muito semelhante àquela demonstrada por Chayanov, temeroso da catástrofe social que resultaria da destruição da vida social do mundo rural russo, em consequência de uma coletivização em massa da agricultura.

A maioria dos estudos sobre a questão agrária no Brasil, naquele momento, enfatizava o processo de proletarização que estava ocorrendo, particularmente nas grandes culturas do país. De fato, este processo assumia então uma grande dimensão, atingindo enormes contingentes de colonos, moradores e parceiros dependentes, que até então residiam nas propriedades e tinham acesso, embora precariamente, a uma pequena parcela.

A proletarização da força de trabalho agrícola, já observada desde o final dos anos 40, tinha conseqüências profundas, tanto no conhecimento teórico, no que se refere à própria definição das relações sociais no meio rural, quanto no político, num momento de grande debate sobre o papel das classes agrárias para a *revolução brasileira*.

Ora, simultaneamente a este processo de proletarização, um outro processo ocorria na agricultura brasileira, merecendo, no entanto, muito menos atenção dos estudiosos e dos agentes políticos. Trata-se, com efeito, da consolidação de um setor constituído por agricultores sitiantes mais integrados ao mercado, que não são camponeses tradicionais, mas que também não são fazendeiros.

Em São Paulo, a expansão deste setor teve, particularmente, duas causas principais. Por um lado, a ocupação das fronteiras agrícolas,²² que ampliou seu espaço de reprodução para além das antigas áreas dominadas pelas grandes culturas. Por outro lado, a crise do café que proporcionou uma maior oferta de terras para pequenos estabelecimentos, seja através da ampliação dos contratos de arrendamento, seja através da venda de terras de fazendas, em lotes acessíveis a pequenos colonos e sitiantes. A diversificação das culturas, que também resultou da crise do café, foi igualmente estimulante para uma pequena agricultura, que

²² MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

ocupou espaços econômicos significativos, na esteira da expansão de culturas como o milho, a mandioca e sobretudo o algodão.

Maria Isaura *encontra* esta categoria de agricultores em suas pesquisas especialmente nos municípios de Leme, Renópolis e Torrinha

Ora, no bairro de Taquari encontramos agricultores isto é, lavradores vivendo num sistema de agricultura comercializada, os quais secundariamente produzem para sua subsistência ... Do ponto de vista econômico, não estamos diante de *sitiantes* tradicionais.²³

A partir de seus estudos, ela formula a hipótese de que a categoria *sitiante* encerra uma grande diversidade social: se é verdade que nem todos os *sitiantes* tradicionais são *caipiras*, no sentido preciso empregado por Antonio Candido, também é verdade que nem todos os *sitiantes* são camponeses. Esta é, a meu ver, mais uma afirmação pioneira de Maria Isaura, que guarda uma grande atualidade, como veremos mais adiante.

As relações campo-cidade

E se o rural fosse ... rural? ... A ruralidade não é, nem o contrário da urbanidade, nem seu prolongamento, nem a degradação de seu estado antigo, nem seu ressurgimento.²⁴

Em vários países, o critério que distingue uma área rural de uma área urbana é a dimensão da população. Assim, na França, considera-se rural, a aglomeração populacional inferior a 2.000 habitantes, em qualquer área em que ela esteja situada. Pode-se, assim, encontrar uma comunidade rural numa zona extremamente urbanizada. Nos Estados Unidos, a definição é a seguinte:

²³ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973b. p.47.

²⁴ KAYSER, op. cit., 1990, p. 28.

É rural o que não se encontra em uma aglomeração de mais de 10.000 habitantes; é rural também o que não está no interior dos limites externos de uma cidade de mais de 50 mil habitantes e de suas adjacências urbanizadas (ou em curso de urbanização) imediatas tendo uma densidade de população superior a 100 habitantes por milha quadrada.²⁵

Na Alemanha Federal as áreas rurais são definidas pelo fato de apresentarem uma densidade inferior a 100 habitantes por km² e pela ausência de cidades de mais de 100.000 habitantes.²⁶

Note-se que um grande número destas pequenas aglomerações são municípios, têm um prefeito eleito, uma câmara de vereadores, isto é, assumem diversas funções político-administrativas, que são o fundamento da vida civil e republicana do cidadão. Assim, pode-se falar, nestes casos, de municípios rurais.

A distinção entre população rural e população agrícola também se baseia em critérios diferentes nestes países. Na França, por exemplo, a população rural engloba todos os habitantes das pequenas aglomerações, quaisquer que sejam as atividades que exerçam, inclusive a parcela daqueles que se dedicam ao trabalho na agricultura, isto é, a população agrícola. No Brasil, é urbano quem habita nas sedes urbanas dos municípios, independentemente do tamanho destas e das profissões desempenhadas. Assim, um pequeno comerciante, residente num *village* francês, sem ser agricultor, é para a França, um rural; enquanto um agricultor brasileiro que more na cidade é aqui considerado um legítimo urbano.

A noção de mundo rural... se refere a todo um tecido econômico e social compreendendo um conjunto de atividades as mais diversas. Além das funções de quadro de vida e de atividade econômica para os que nele vivem e trabalham, o espaço rural apresenta funções vitais para a sociedade.²⁷

No caso dos países europeus, o êxodo da população rural para as cidades atingiu, num primeiro momento – períodos iniciais da industrialização –

²⁵ Idem, *ibid.*, p. 21.

²⁶ Idem, *ibid.*, p. 22.

²⁷ COMISSÃO das Comunidades Econômicas Europeias, apud KAYSER, op. cit., 1990. p. 12. Definição proposta em uma comunicação feita pela Comissão.

a população rural não agrícola. Com efeito, emigram inicialmente, profissionais diversos (artesãos) que viviam nas pequenas localidades rurais. Desta forma, estas localidades, que até então abrigavam uma população bastante diversificada, tornaram-se preponderantemente agrícolas. Num segundo momento – a partir da Segunda Guerra Mundial, em consequência da modernização da agricultura – o êxodo atinge sobretudo a população dos agricultores, então majoritária nas áreas rurais, resultando em consequência um expressivo *esvaziamento* destas áreas – fala-se na França em *desertificação*. Estes fatos vêm colocando para estes países uma série de preocupações que têm sido objeto de diversas pesquisas e de intervenções políticas. Citarei, especialmente, as seguintes:

- com a presença dos agricultores se reduzindo, quem assumirá a administração do território e a gestão dos recursos naturais, que sempre foi uma das funções daquela categoria social?
- como o despovoamento de áreas importantes poderá repercutir sobre o próprio funcionamento político-administrativo de cada país, uma das bases do exercício da cidadania plena?

Estudos mais recentes indicam um processo de *renascimento* das sociedades rurais, produzido pela integração de novos segmentos populacionais que, partindo das cidades, retornam ao campo, por razões e com objetivos diferentes e gerando situações sociais diversificadas.²⁸

Aqui também, novas questões surgem, interessando aos pesquisadores: quem são os que voltam ao campo? como se integram nas sociedades locais onde se instalam? que novas relações estabelecem com as cidades?

O meio rural brasileiro

A história da constituição do meio rural brasileiro tem, evidentemente, diferenças marcantes em relação à história européia e norte-americana. Basta lembrar as funções específicas aqui assumidas historicamente

²⁸ KAYSER, op. cit., 1990.

pelas cidades, as vinculações da grande agricultura de origem colonial ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população por um vasto território, para se entender as particularidades brasileiras no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, às relações campo/cidade, e às relações entre o que é *agrícola* e o que é *rural*.

Mais uma vez, é Maria Isaura quem, ao pensar a complexidade das relações que se estabelecem entre a cidade e seu meio rural circundante, nos oferece a compreensão das particularidades dos processos de constituição tanto da cidade como do meio rural no nosso país. Registrarei apenas alguns elementos centrais de sua análise.

Além dos *pontos de apoio da civilização*, na feliz expressão de Antonio Candido (a fazenda, a pequena cidade), que correspondiam a um tipo de povoamento concentrado, o espaço rural brasileiro foi constituído historicamente por pequenos agrupamentos de população, que se constituem como grupos de vizinhança (os bairros rurais), que foram particularmente estudados por Maria Isaura.

Trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. A configuração do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações sociais foram e são, por toda a parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar e se manter afastadas das grandes monoculturas, cujo gênero de vida era diferente.²⁹

Para Maria Isaura, o bairro rural é

A reunião de famílias cujos chefes estão à testa de empreendimentos agrícolas ou pecuários, de que guardam a responsabilidade e iniciativa na execução dos trabalhos, desenvolvendo uns com os outros relações expressas na ajuda mútua, e uma vida social que se concretiza nas festas religiosas; sua configuração interna é de tipo igualitário, isto é, não existem no seu interior camadas sociais de níveis diferentes, com base seja no fator econômico, seja no fator religioso, ou em qualquer outro; finalmente, seu ritmo de vida de reunião e dispersão

²⁹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1973a. p. 50.

periódicas, seguindo a cadência dos trabalhos agrícolas e das festas, constitui por assim dizer a essência mesma de tal grupo de vizinhança.³⁰

Permito-me ressaltar, pela sua significação, duas teses que me parecem centrais. A primeira diz respeito à existência de diferentes formas elementares de agrupamento e de vida cultural no meio rural.

O bairro rural não se vincula especialmente à civilização caipira, ao contrário do que tem sido habitualmente admitido. No município de Leme, descendentes de imigrantes italianos vivem em bairros rurais típicos. Podemos supor que tais grupos de vizinhança existem também nas zonas novas ou nas zonas pioneiras, desde que o *habitat*, as relações sociais, o ritmo de vida sejam os que acabamos de descrever.³¹

Com efeito, a sociabilidade específica dos bairros rurais – um dos eixos definidores do gênero de vida tradicional – é encontrada não só naqueles que reúnem uma população de origem caipira, mas até naqueles cuja população tem origem estrangeira recente. No bairro Taquari, em Leme (SP), por exemplo, mantinha-se a tradição de realizar certas danças folclóricas por ocasião de festas religiosas, inclusive a dança de São Gonçalo, embora seus habitantes fossem em maioria “descendentes de imigrantes italianos”.³²

Relações familiares, relações vicinais e relações de trabalho, no bairro rural modernizado de Taquari continuam semelhantes às dos bairros tradicionais; tais relações se expressam na importância da ajuda mútua, do compadrio, das festas religiosas ... a falta de estratificação social.³³

Nestes termos, os bairros rurais não são apenas a *expressão da sociabilidade caipira*, que se encontram nas situações extremas, dos mínimos sociais; eles constituem também o espaço de vida de sitiantes não camponeses.

O bairro rural tradicional é uma das formas de bairro rural, coexistindo com uma outra forma, a do bairro rural cujos sitiantes, tendo já adotado uma

³⁰ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1973b. p. 122.

³¹ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1973b. p. 134.

³² Idem, *ibid.*, p. 43.

³³ Idem, *ibid.*, p. 48.

agricultura comercializada, não abandonaram todavia as relações sociais e o modo específico de *habitat* que definem o bairro rural. Assim, para definir o que é um bairro rural, o aspecto econômico passa para a segunda plana, deixando na primeira plana o tipo específico de relações sociais e de relações de trabalho.³⁴

O que me parece importante nesta sua análise é a demonstração de que a identidade social dos sítiantes não se esgota nas suas práticas econômicas e, embora interdependentes, os aspectos econômicos e sociais não marcham necessariamente no mesmo ritmo. Agricultores que já adotavam processos produtivos modernos, como os que ela pesquisou no bairro do Taquari, em Leme, reproduzem muitas das relações sociais que os vinculam a um espaço local e que definem a sociabilidade tradicional.

A segunda tese diz respeito às relações do espaço rural com o meio urbano. Definida em termos dialéticos, estas relações se expressam, em primeiro lugar, na *estruturação do espaço econômico*. Se por um lado, historicamente, a cidade organiza e centraliza o campo, por outro lado, as atividades agrícolas eram essenciais ao desenvolvimento da cidade.

Floresciam as cidades nas zonas e regiões em que as condições de prosperidade no quadro rural eram tais que exigiam o seu aparecimento e desenvolvimento. Podia-se dizer que quanto mais variada e mais rica a economia rural de um Estado da Federação, maior o número de cidades e mais progressistas eram elas. ... todas as vezes que uma zona ou região rural entrou em decadência, fosse devido ao esgotamento do solo, fosse devido a quaisquer outras circunstâncias, o progresso se apagava, transformando-as em *cidades mortas*.³⁵

As relações campo-cidade no Brasil se expressam igualmente, na estruturação do próprio espaço social.

Participando de nossa pesquisa no interior do Brasil, a Professora Nicole Eizner, da Universidade de Paris, desabafou admirada: *no Brasil não*

³⁴ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1973b. p. 49.

³⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: EDUSP, 1978. p. 285.

existem villages! Como excelente pesquisadora que é do meio rural francês, ela sentiu falta na paisagem rural brasileira daquela estrutura social constituída pelas coletividades rurais que, na França, embora fragilizadas em diversas regiões pelas transformações econômicas e sociais ocorridas, constituem o espaço da vida e da sociabilidade rural.

O *village* francês, que tem seu correspondente na maioria dos países europeus, é ao mesmo tempo um elemento fundamental do tecido social e político do país, pois, na maioria dos casos, abriga a sede do poder municipal, assumindo a este nível os poderes da República e absorvendo suas instituições.

De fato, no Brasil, não existem municípios rurais, termos que, à luz de nossa tradição histórica e das concepções jurídicas dominantes, aparecem como opostos e contraditórios. As cidades sediam a representação do Estado, concentram os serviços e *encerram instituições representativas da civilização moderna*, enquanto o rural é sempre seu entorno periférico, um *bairro* rural, sempre referido a um centro urbano. No espaço rural no interior da sociedade brasileira, o povoamento é mais rarefeito e disperso em relação ao centro municipal. Existem neles apenas pequenas aglomerações, que não estão inscritas na estrutura político-administrativa do país, nem absorvem os serviços essenciais. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais.

O meio rural consiste assim no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é freqüentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal.

Mesmo quando o bairro rural não é mais o espaço dos mínimos sociais, pela sua própria definição não consegue absorver o conjunto das atividades essenciais do homem rural. Isto explica por que a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades

que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também, constituem um quadro complementar de vida.

Como afirma Maria Isaura, esta é uma característica essencial da forma de povoamento do território brasileiro desde os tempos coloniais.

Criou-se, assim, um ritmo de vida que foi específico da sociedade brasileira durante largo tempo, avançando pelo período monárquico afora: ritmo composto de períodos sucessivos de concentração da população nas cidades e nas vilas nos momentos de festa religiosa ou de algum acontecimento marcante, e de dispersão (momentos muito mais longos) pelas propriedades rurais. Durante o período de dispersão, o contato dos indivíduos reunidos no interior de uma propriedade, ou em torno de uma capela (bairros rurais) era estreito; ... Nos momentos de concentração nas vilas, ... os sítios dos bairros rurais tomavam conhecimento da variedade de camadas sociais, da variedade de bairros rurais que compunham o universo sócio-econômico de sua região. ... a população de vilas e cidades era quase a mesma da do campo, pois era ela praticamente que ali habitava também.³⁶

Não se poderia formular a hipótese de que as pequenas cidades desempenham no Brasil, funções semelhantes às desempenhadas pelos *villages* nas sociedades rurais da Europa?

A ruralidade na sociedade moderna: a pesquisa continua

As profundas transformações por que passaram a agricultura e o meio rural, tanto nos países desenvolvidos e modernos como no Brasil, repõem à reflexão algumas questões que, embora não sejam recentes, assumem hoje um caráter mais radical e definitivo.

Um primeiro feixe de questões diz respeito à reprodução da agricultura familiar no interior das sociedades modernas.

³⁶ PEREIRA DE QUEIROZ, op. cit., 1978, p. 280.

Segundo pesquisa recente, a agricultura familiar no Brasil representa hoje cerca de 72% dos estabelecimentos agrícolas do país.³⁷ Dentre estes, parcela significativa é constituída por agricultores modernos, no que se refere à racionalidade econômica que os orienta, às técnicas e às práticas de cultura que adotam e às relações que estabelecem com o mercado.

Dispomos hoje, sem dúvida, de uma importante bibliografia atualizada a respeito. No entanto, parte importante destes estudos trata a agricultura familiar apenas enquanto um setor da produção agrícola e os agricultores nele inseridos, em sua condição de produtores de determinados tipos de bens. Esta dimensão é, sem dúvida, fundamental para que se possa compreender as especificidades deste tipo de agricultura e sua inserção na economia brasileira. Estou convencida, no entanto, de que a perspectiva sociológica assumida por Maria Isaura – que define como objeto privilegiado a identidade social, as relações sociais em seu sentido mais amplo, os projetos individuais, familiares e coletivos, as estratégias que evidenciam e concretizam estes projetos – merece ser retomada como condição para que se possa, no contexto atual, conhecer em maior profundidade e em sua diversidade, este universo cuja existência continua a marcar a realidade rural brasileira para além da polaridade fazendeiro-assalariado rural.

Não se pode esquecer que as características da agricultura familiar são o resultado não só do acesso diferenciado dos produtores às condições objetivas de produção, como também das estratégias *produtivas* por eles assumidas.³⁸ Portanto, já nos estudos referentes à condição de produtor, será necessário aprofundar o conhecimento destas estratégias, sem dúvida inspiradas em projetos de vida, que passam de uma forma ou de outra, pela relação da família com a sua unidade de produção: estratégias referentes à constituição e à transmissão do

³⁷ KAGEYAMA, A., BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. *Perspectivas* (São Paulo), v. 12-13, p. 55-72, 1989/1990.

³⁸ WANDERLEY, M. de N. B. *Agricultura familiar: tema e problema*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PIPSA, XVI, 1992, Belo Horizonte, 10 p. (Mimeogr.).

patrimônio, à aquisição, reposição e ampliação dos meios de produção e ao encaminhamento profissional dos filhos, no próprio estabelecimento ou fora dele.³⁹

A elaboração de tipologias deverá levar em conta estas expressões da autonomia do agricultor em face dos condicionamentos externos de sua atividade econômica.

Além disso, o agricultor familiar não é apenas um produtor. Ele é um cidadão que participa de uma família e de uma sociedade, onde desempenha múltiplas funções; tem uma concepção desta sociedade e atua em conformidade com esta concepção. Suas práticas sociais são individuais e coletivas e se manifestam tanto no plano familiar, quanto no plano *social*, assumindo, inclusive o caráter de participação em movimentos coletivos mais abrangentes.

Três questões me parecem centrais para esta análise. Em primeiro lugar, a *nova família rural*, que resultou das mudanças sociais e culturais da sociedade em geral e do meio rural: as transformações na composição da família e a percepção dos agricultores a respeito desta composição; os jovens rurais – sua socialização, sua visão do mundo, seus projetos pessoais, suas perspectivas de inserção no setor agrícola e no meio rural etc.; questões semelhantes também enriqueceriam o conhecimento do tema, mais estudado, sem dúvida, das mulheres rurais.

Em segundo lugar, há a considerar o agricultor familiar enquanto ator político. Minha impressão é a de que, freqüentemente, o ator político é reconhecido apenas nas situações geradas nas lutas pela terra. Apenas em algumas regiões, o Sul em particular, a emergência de lutas específicas suscitou o estudo das práticas políticas e associativas desta categoria de produtores rurais. No geral, no entanto, a ausência de estudos sobre a questão parece indicar que ainda se supõe a submissão político-ideológica dos pequenos agricultores pela grande propriedade ou pela burguesia agrária.

³⁹ LAMARCHE, H. (Coord). *L'agriculture familiale*. Tomo 1. Une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1992. Traduzido para o Português: *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: UNICAMP, 1993. Idem. *L'agriculture familiale*. Tomo 2. Du mythe à la réalité. Paris: L' Harmattan, 1994.

Sobre este tema, há várias questões que merecem um estudo mais acurado. Como estes agricultores percebem o Estado e a política agrícola? Que instituições os representam e canalizam seus interesses e reivindicações? Que partidos políticos têm audiência entre eles e que temas os sensibilizam politicamente?

Não resta dúvida que os agricultores familiares modernos foram incorporados entre os beneficiários da política de modernização da agricultura no Brasil. Em que medida e sob que formas esta inclusão expressou, efetivamente, uma *aliança de classes* com os setores dominantes da sociedade?

Um segundo feixe de questões diz respeito à própria existência de um *espaço* (mundo ou meio?) rural, que possa, de alguma maneira, se constituir como um objeto particular de observação social. A questão, assim colocada, tem como pressuposto, o reconhecimento de que os processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – perpassaram o conjunto da sociedade, de forma a integrar seus diversos componentes, não sendo possível, por conseguinte, seccioná-los em compartimentos estanques. Assim sendo, uma questão se coloca aos pesquisadores: o que *ainda* é rural numa sociedade moderna?

Parece-me evidente que as profundas transformações resultantes dos processos globais, acima referidos, não se traduziram por nenhuma *uniformização* da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc.

Nos países hoje considerados modernos, o processo central e complexo de desenvolvimento urbano suscitou um vivo e crescente interesse pelo estudo das cidades em todos os seus aspectos. O meio rural, no entanto, nunca foi efetivamente abandonado pelos pesquisadores especializados. Ao final de um longo e penoso processo de êxodo rural e de esvaziamento demográfico, semelhante e mesmo mais intenso do que o ocorrido no Brasil, os países da Europa como da América podem hoje dispor de uma riquíssima bibliografia, que permite compreender as profundas transformações por que passaram a agricultura e o

meio rural. São estudos monográficos sobre coletividades rurais, textos sobre história agrária, análises das transformações não só dos processos internos, mas também das relações com a sociedade global, elaborações teóricas de várias filiações.

A rápida transferência de grandes contingentes populacionais do campo para as cidades também justifica, no Brasil, a necessidade de se privilegiar o espaço urbano, agora centro aglutinador da maioria da população. Porém, aqui, muitos estudiosos se desinteressaram pelo *rural*, como se ele tivesse perdido toda consistência histórica e social, como se o fim do *rural* fosse um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade. No Brasil, freqüentemente, o rural se confunde com o atrasado e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade. Penso, no entanto, que, em razão mesma de todas as transformações ocorridas, mais do que nunca será preciso compreender em que consiste a *ruralidade* na sociedade moderna brasileira.

Se o estudo sobre a agricultura familiar – camponesa ou não – desenvolvido por Maria Isaura teve continuidade com a contribuição posterior de inúmeros pesquisadores, o mesmo não pode ser dito sobre o conhecimento do meio rural. Salvo engano, o último bom estudo realizado sobre o tema permanece sendo a pesquisa sobre bairros rurais paulistas aqui citado. Estou convencida de que é preciso recolocar esta questão em debate, para que se possa compreender a inserção atual do agricultor no espaço social local como uma dimensão importante da própria experiência da cidadania.

A Sociologia Rural brasileira, que teve em Maria Isaura Pereira de Queiroz uma de suas fundadoras, não perdeu seu objeto de estudo. O agricultor brasileiro, como os agricultores de outros países, são hoje cidadãos de sua sociedade, integrados econômica, social, cultural e politicamente. No entanto, esta integração não se traduz necessariamente na perda dos laços que estabelece com o espaço local e com uma forma de sociabilidade que permanece fortemente marcada pelas relações de interconhecimento.⁴⁰

⁴⁰ WANDERLEY, M. de N. B., LOURENÇO, F. A. L'agriculteur dans sa localité. In: LAMARCHE, H., (Coord.), op. cit, 1994. p. 117-99.

Aguras e pontos de uma pesquisadora

Quem é este personagem da sociedade brasileira é a questão central que permanece aberta a todos os novos pesquisadores. Um vasto, difícil, porém apaixonante novo/velho tema de pesquisa.